

Em tempos de visitas: inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia¹

Visits in times: inquisition, circulation and slave orality in Bahia

Dayane Augusta da Silva

Mestre em História pela Universidade de Brasília

Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Formosa

E-mail: daygusta@gmail.com

Recebido em: 26/03/2015

Aprovado em : 29/04/2015

Resumo: O presente artigo formula uma análise sobre o lugar dos escravos na circulação de informações em Salvador e no recôncavo no final do século XVI e início do século XVII. Com base nos documentos da primeira e segunda visitação, esta pesquisa ressaltou o protagonismo de escravos como informantes nas denúncias e confissões, pautando as relações entre vizinhos, escravos, cristãos-velhos e cristãos-novos. Este protagonismo, sustentado por meio de uma circulação de informações, própria do cotidiano da colônia, geravam boatos e rumores até chegar à mesa da Inquisição, tornando-os muitas vezes as vozes principais de denúncias sobre crimes considerados heréticos. Nesse sentido, tanto como acusadores, quanto acusados, os escravos tornaram-se importante vetor de comunicação utilizado pela comunidade baiana e Inquisição, o que ressalta uma distinta complexidade em relação à circulação de informações e ideias existentes na época.

Palavras-chave: Visitas, informação, escravos.

Abstract: This article proposes an analysis of the place of slaves in the circulation of information in Salvador and recôncavo in the late sixteenth century and early seventeenth century. Based on the first and second visitation documents, this research highlights the role of slaves as informants in complaints and confessions, guiding relations between neighbors, slaves, Old Christians and New Christians. This role, supported by a flow of information, characteristic of the colony everyday, generated rumors and rumors that arrived at the table of the Inquisition, making them often the main voices of complaints about crimes considered heretics. In this sense, both as accusers, the accused, the slaves became important vector of communication used by the Inquisition and Bahian community, which highlights a different complexity in the movement of existing information and ideas at the time in a society.

Keywords: Visits, information, slaves.

¹ Este texto é parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Em tempos de visitas: Inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia (1590-1620)*, defendida em Abril de 2014, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. O trabalho recebeu apoio financeiro do CNPq.

Na sociedade baiana do final do século XVI e das primeiras décadas do XVII o principal vetor de comunicação eram os escravos. De modo geral os escravos participavam, por meio de informações e conversas, de uma comunidade que não estava absolutamente fechada em si. Dentro desta sociedade, os escravos conviveram com pessoas distintas e, em seu cotidiano, trabalhavam, andavam por caminhos e ruas, conversavam e tramavam. Partindo deste ponto de vista, a eles cabia portar ações individuais, criar situações em que era permitido se expressar, nos mais variados sentidos, mesmo no momento de visitas do Santo Ofício.²

Tratava-se de uma comunidade na qual o veículo de informação basilar era a expressão oral, conferida por um testemunho, que viu ou ouviu coisas públicas e notórias de interesse da Inquisição. Nesse quesito, no que tange aos espaços dos escravos enquanto informantes, a transmissão oral cumpre um papel importante na circulação de ideias e informações próprias deste período.

A população não era indiferente à informação dada pelos escravos. A forma de interpretar notícias advindas dos escravos sofreu muitas variações para garantir a fiabilidade dos fatos narrados na mesa da Inquisição. Neste artigo, investigamos como esses rumores variaram e contribuíram para legitimar a “voz” dos escravos.

Apesar das renovações das pesquisas sobre a ação da Inquisição nos trópicos, o peso da figura dos escravos durante o período de visitas foi pouco pesquisado. Quase nada se tem escrito sobre esse assunto no tocante aos séculos XVI e XVII, muitas vezes por carência de fontes. Muita informação foi perdida e ainda que haja iniciativas no sentido de disponibilizar registros inquisitoriais no *site* da Torre do Tombo, tende-se a escolher temas mais gerais³. No entanto, no tocante ao século XVIII, existem fontes variadas e de muitos lugares, é nelas que os historiadores optam por pesquisar.

² “Os historiadores tenderam a caracterizar a cidade colonial como mero aparelho administrativo, um meio caminho entre os engenhos e os centros europeus de comercialização do açúcar. [...] Sérgio Buarque de Holanda aponta o contraste entre a pujança dos domínios rurais e a mesquinhez urbana. Os proprietários descuidavam de suas habitações urbanas e privilegiavam as moradias rurais. [...] Por outro lado, era nas cidades que os colonos residentes em pontos distantes se encontravam e relatavam suas vivências, ao mesmo tempo em que tomavam conhecimento de fatos ocorridos em outras regiões. Desse modo, boatos, mexericos e informações espalhavam-se com mais intensidade nas vilas”. Cf: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário de História colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 118.

³ Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/tt-online/>. Acesso em: 29/09/2015.

Em relação aos escravos, várias pesquisas⁴ apresentam balanços sobre a sua atuação e seu cotidiano no mundo colonial. Essas fontes questionam sua representação sem agência, sujeita à passividade e à aculturação, “só deixando de ser quando lutando de maneira clara contra a instituição escravista”⁵. Alguns trabalhos sobre a escravidão se caracterizam por apresentar uma nova ótica sobre esses estereótipos e comprovam que, apesar de qualificados sob tais rótulos, os escravos foram agentes ativos, muitas vezes à revelia dos senhores de escravos.

Os indícios presentes nas fontes das visitas comprovam que nem aqueles que conviviam com os escravos nem os próprios escravos se viam dessa forma.⁶ Seguindo tais referências, e concordando com os autores que consideram os escravos como agentes históricos, partimos do ponto de vista de que a eles cabia portar ações individuais, criar situações em que era permitido se expressar, nos mais variados sentidos, mesmo no momento de visitas do Santo Ofício.

No Brasil, o estudo das *visitações* do Santo Ofício, salvo engano, só foi iniciado a partir do interesse de pesquisadores sobre o funcionamento da justiça inquisitorial na metrópole portuguesa e seus domínios. Não é o caso de partirmos aqui da longa trajetória do Santo Ofício português, numa perspectiva institucional que, forjada desde o período medieval, ainda hoje se constitui como um campo de estudos do período colonial. Nem tampouco nos deteremos nas obras clássicas que marcaram as décadas de 1960 e 1970, de Anita Novinsky e Sônia Siqueira, que apresentam questões já exploradas por diferentes estudiosos. Partiremos, portanto, dos desdobramentos historiográficos que se desenvolveram na década de 1980 e que são a principal fonte de inspiração para as reflexões feitas ao longo deste artigo.

Na década de 80 do século XX, a história da Inquisição portuguesa nos trópicos passou por modificações profundas que redimensionaram a abordagem das interações entre indígenas, portugueses, africanos e afrodescendentes. Recuperando ambiguidades e nuances antes silenciadas, a experiência de *visitações* nos domínios lusos passou a ser questionada, de modo a evidenciar o papel desses *atores* sociais em contato. Nesse contexto, historiadores se atualizaram e passaram a elaborar concepções próprias do que foi ou teriam sido esses encontros.

⁴ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor - esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, entre outros.

⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 290.

⁶ Os documentos das visitas são fontes conhecidas e estudadas desde a primeira metade do século XX, quando foram descobertas no arquivo da Torre do Tombo. Trata-se de quatro livros, dois de cada visita, com relatos que recuperam histórias diversas acontecidas antes e depois das visitas, avaliadas como heresias.

Esse momento correspondeu, ainda, a uma notável expansão do curso de História nas universidades, com a profissionalização da atividade do historiador no Brasil, o que marcou um aumento de produtividade dos programas de pós-graduação e consequente aprimoramento em temas específicos. No interior dessas opções teóricas e metodológicas, temas como religiosidades, idolatrias, parentesco e sexualidade passaram a ser objeto de estudos críticos. Já não bastava mostrar apenas os aspectos institucionais do Santo Ofício. Era necessário demonstrar as variações de um processo da Inquisição, compreender seu significado, perceber os ecos da justiça inquisitorial no cotidiano, por meio dos relatos das pessoas acusadas, mesmo que pelo filtro do notário.⁷ Aos poucos, houve certa renovação no que diz respeito ao estudo de novos temas, “não necessariamente totalmente novos, mas com perspectivas renovadas para análise das questões colocadas e das novas interpretações a que foram submetidas”⁸.

Nesse mesmo período, embora resultado de outros desdobramentos teóricos, a produção historiográfica brasileira relativa à história da escravidão também se modificou. Houve o surgimento da nova historiografia da escravidão que, inicialmente, buscou reavaliar as relações entre senhores e escravos nas diferentes partes do Brasil. Foi o momento em que os historiadores buscaram “recuperar a perspectiva dos sujeitos em confronto” e temas como as formas de trabalho, família escrava, tráfico negreiro, quilombos, mulheres e crianças escravas, irmandades e outras religiosidades vieram à tona sob novas perspectivas de análise.⁹

Assim como a historiografia sobre a ação do Santo Ofício nos trópicos, essa tendência foi reforçada, principalmente com as pesquisas sobre o período colonial, o que possibilitou que os estudos estivessem cada vez mais centrados nos *sujeitos* que habitaram o Brasil nas primeiras décadas de colonização, embora existissem significativas diferenças em termos de abordagens históricas, a primeira por uma visão culturalista e a segunda, social. Desse modo, as relações entre colonizadores, nações indígenas, povos africanos e, posteriormente, afrodescendentes pode ser reavaliada, “entendendo esse processo como algo complexo” e não simplesmente dicotômico.¹⁰

Na década de 90 do século passado, a partir dos estudos sobre as relações de poder no mundo colonial, novas possibilidades foram criadas para investigar as interações e os confrontos

⁷ FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e metodologia ao Brasil dos anos 1990. In GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros (org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 37.

⁸ RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, v. 7, n. 12, p. 65-87, out. 1995, p.79.

⁹ LARA. *Fragmentos setecentistas*, p. 22.

¹⁰ SCHLEUMER, Fabiana. Cenários da Escravidão Colonial - História e Historiografia. *Revista Ultramarés*. Nº 1, Vol. 1, jan-Jul/2012, p. 97.

entre os povos, principalmente lidando com aquilo que envolveu as tensões entre metrópole e colônia. No entanto, devido às discussões do Império Português, esses estudos foram redimensionados em conexão com a História da África. Foi um momento de questionamento da dualidade Portugal-Brasil (centro-local) e novos estudos pautaram-se nas relações entre colônias (Brasil-África), o que possivelmente inspirou o surgimento de pesquisas de brasileiros conectados com os eventos ocorridos na África.¹¹

Nos últimos anos do século XX, tornaram-se relevantes as pesquisas sobre as ações da inquisição nos trópicos e suas relações com a escravidão. No contexto em que se discute a legitimidade ou não das políticas afirmativas no Brasil, ficou clara a necessidade de se atualizar as pesquisas sobre escravidão, visto que a validade dessas políticas depende também da compreensão daquilo que se interpretou como “escravo” e “senhor” nas décadas de escravidão.

Dessa forma, esta pesquisa situa-se nas zonas de fronteira de ambos os desdobramentos historiográficos aqui esboçados e, resguardadas suas especificidades, busca uma perspectiva de História Social. Diante de tantos questionamentos investigativos das fontes históricas, torna-se necessário voltar aos documentos de *visitas* da Inquisição, retomar antigos questionamentos e verificar até que ponto outras pesquisas nos levam a novas respostas.

Partindo da ideia de que os escravos se incluíam por meio da oralidade nesta sociedade, em vez de investigar a circularidade de saberes e práticas religiosas de indígenas, africanos e afrodescendentes, como vem sendo feito por historiadores¹² que estudam as crenças desses grupos, a intenção é focalizar na circularidade das informações e dos *sujeitos* escravos em um espaço social circunscrito, como foi o da capitania baiana. A variabilidade dessa comunicação supõe “vozes contraditórias”, que aparecem em relatos “dialógicos” e “polifônicos”¹³, entretanto, utilizamos essas informações com o fim de tentar compreender relatos que elucidam tramas que envolviam escravos.

Autorizadas pelo Conselho Geral, as visitas se davam com a participação de comissários, familiares do Santo Ofício e funcionários da Inquisição que deviam fidelidade e obediência ao Tribunal. Aconteciam a partir da chegada do visitador à cidade. As autoridades eclesiásticas e

¹¹ LARA. *O teatro do poder*.

¹² CALAINHO, Daniella Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. São Paulo: Editora Garamond, 2008.; SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico - Século XVIII*. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado.

¹³ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo e suas implicações. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989, p. 208.

civis deveriam se reunir para prestar juramento à autoridade maior do Santo Ofício. Feito isso, era realizada a leitura do monitório na Igreja central da cidade onde se ameaçava com excomunhão maior a todos que ousassem ofender os comissários da Inquisição ou oferecer obstáculo aos seus procedimentos da mesma. Uma vez pregado o monitório na porta da catedral, todos os moradores de Salvador “dentro de uma légua ao redor da cidade, ficavam obrigados a denunciar e a se confessar, no prazo máximo de 30 dias”, podendo ter suas penas atenuadas.¹⁴

Após esse período, os denunciados seriam investigados e, se confirmada a culpa, sofreriam penas diversas, desde o pagamento de multas, degredo para terras longínquas, até o julgamento do processo em Lisboa. Na perspectiva de Mott, os desvios apontados no monitório afixado na porta da Sé, incentivou os moradores da Bahia a assumirem distintos compromissos mentais regidos por sentimento de temor, arrependimento e culpa, posto muitas vezes os “fiéis” incluírem-se entre os “criminosos” culpados.

No período prévio e simultâneo às *visitações* foi principalmente por essa maneira que se perpetuou o medo e a insegurança com relação ao estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício nos trópicos¹⁵. Antes da vinda dos Inquisidores as notícias chegavam sobretudo por degredados, pessoas originárias do reino com familiares presos pelo Tribunal, jesuítas, padres, viajantes, entre outros. Estas circulavam por via oral e despertavam curiosidade atípica. A fonte oral era a mais acessível para a maioria dos moradores da capitania baiana, pois como consta na documentação muitos deles não eram alfabetizados.

Trata-se uma sociedade basicamente iletrada em que o próprio estilo de escrita dos documentos do Santo Ofício, como o Édito e o Monitório, no modo de incentivar as pessoas a irem à mesa da Inquisição, estava atento ao fato de que as informações corriam de boca a boca pela conversa diária, na vida cotidiana das pessoas. Neste sentido, é importante estarmos atentos ao caráter dialógico dessas fontes, baseadas em um mundo em que as conversas são essenciais.

Este meio de transmissão favorecia “pela própria natureza, a multiplicação de informações falsas, o aumento dos fatos, e a germinação das lendas. As pessoas deixavam-se impressionar, a menor narrativa encontrava uma ressonância e se tornava palavra do

¹⁴ MOTT, Luis. *Bahia - Inquisição e Sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 22.

¹⁵ Os historiadores brasileiros que escreveram sobre a ação do Santo Ofício no Brasil apontam diferentes explicações para o porquê das *Visitações* no Brasil. Vide: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados - moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SIQUEIRA, Sonia A. de. “Origem da visitação de 1618”. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XVII. São Paulo, 1963; NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia - a Inquisição no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1992; dentre outros.

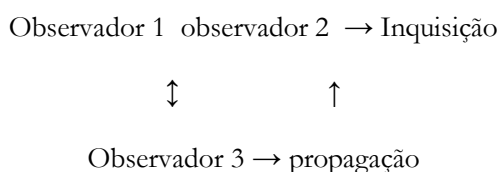
Evangelho”¹⁶, o que tomou grande força com a presença e leitura públicas de documentos do Santo Ofício como o *Édito de Graça* e o *Monitório* contra práticas consideradas heréticas.¹⁷

Esse clima de insegurança adquiriu características próprias. Uma delas foi a propagação rápida daquilo que foi considerado proibido, esse rumor se ramificou por Salvador, Recôncavo e demais capitânicas. Outra foi que o espírito de insegurança parecia mais ameaçador com a presença de representantes do Santo Ofício do que em qualquer outra época.

Muitas vezes a insegurança foi disseminada por pessoas comuns. Alguns acreditavam cumprir um dever religioso indo até a Inquisição denunciar alguém; outros queriam proteger seus parentes e vizinhos; pessoas contavam o que testemunharam de vista ou ouvido, era grande o número de pessoas que não queria estar atreladas à prática de crimes contra a religião. No contexto das *visitas* correram muitos rumores nos quais também se reconheceu a opinião e crença popular. Esses boatos se ligavam às circunstâncias políticas e religiosas da época. No caso aqui estudado a sequência de rumores pode ser representada por dois esquemas:

Acontecimento → observador 1 (inicial) → observador 2 (testemunho ocular ou auditivo) → observador 3 (testemunha) → propagação → inquisição

Num segundo momento, as pessoas podem ouvir o rumor não necessariamente por uma lógica linear, mas múltipla:



No rumor há um grau de verdade que no curso de sua transmissão, de boca em boca, vem carregada de adornos que tornam o motivo inicial irreconhecível de modo que, nas vozes que circulam como rumores, não conseguimos identificar com precisão quais são as causas primárias e nem se tais causas existiram em algum momento.¹⁸

¹⁶ LEFEBRE, Georges. *O Grande Medo de 1789 - os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 80.

¹⁷ Ambos documentos do Santo Ofício. O Édito, particularmente, era lido nas missas e depois publicizado, junto com o monitório, antes das visitas, com um rol de crimes considerados heréticos.

¹⁸ Embora não seja o foco deste trabalho, existe também a Inquisição como ator de boatos para atestar fatos narrados ou ainda estimular pessoas a denunciarem ou confessarem assuntos de interesse do Santo Ofício.

Nos testemunhos das visitas, o boato pode ser tanto um relato que transmite uma notícia como uma narração ou avaliação que decorre da mesma.¹⁹ No primeiro caso podemos citar o depoimento de Maria Gois que contou ao visitador que as escravas da terra, Guiomar e Clara, lhe disseram que Bento, também negro da terra, praticava sodomia.²⁰ No segundo, usamos o exemplo como o de Vitória Barros, que “ouviu dizer em rumor público” não se lembra de quais pessoas que depois que o marido de Ana Rodrigues morreu, ela ia à tarde chamar por ele em sua cova.²¹ Nesse caso, a denunciante afirma não saber de quem ouviu a história, baseando-se na circulação de boatos. Diferentemente do primeiro relato, em que mesmo sabendo da notícia por outra pessoa, afirmava-se saber de quem se ouviu.

Essas narrativas ou a circulação delas pode originar-se tanto da necessidade de modificar uma realidade prática quanto da simples descrição de uma determinada situação. Nesse sentido, nos livros de visitas temos a referência do padre Pedro Madeira que ouviu dizer em “rumor público” que quando morreu o marido, Ana Rodrigues o pranteou ao modo judaico. Ouviu ainda “em fama pública” que Maria Lopes, cristã-nova, também pranteou o seu marido ao modo judaico.²² Maria Antunes é outra que conta que “ouviu em rumor do povo” que depois que morreu o marido da sogra de Bastiam Faria, ela não comeu carne, não foi à igreja, não se deitou na cama e não vestiu camisa lavada. Afirma que por ser cristã-nova não parecia “bem essas cerimônias e se murmurava que era judia”.²³

Um testemunho pode, portanto, ancorar-se num testemunho ocular, num boato ou em outra criação baseada em distintos discursos orais, combinados e adaptados a fim de criar uma nova mensagem. Sabe-se que os escravos circulavam com grande frequência na cidade de Salvador e freguesias do Recôncavo durante o período aqui analisado. Como dito anteriormente, por circular em diferentes espaços e cumprir distintas funções nas lavouras dos engenhos, nas igrejas, festas, feiras, espaços domésticos e públicos desta sociedade possuíam grande mobilidade sócio-espacial, o que teria favorecido a ressonância das vozes distintas desses escravos acerca dos desvios de fé da população.

O escravo cumpria, portanto, um papel importante no acesso e propagação da informação e aquele que não contribuísse com a Inquisição, que eventualmente não honrasse a confiança depositada ou agisse de uma forma não-cooperativa, seria devidamente punido pelo

¹⁹ REUMAUX, Françoise. *Um rito oral urbano. Proj. História*. São Paulo, (19), nov. 1999, p. 17.

²⁰ Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia – Denúncias -1591/1592, p.129.

²¹ PVSOB-D-1591/1592-150.

²² PVSOB-D-1591/1592-090.

²³ PVSOB-D-1591/1592-102.

Santo Ofício. Dos livros de *Confissões* e *Denúncias* nos interessa compreender o espaço dos escravos nesta comunidade usando a informação como mote principal; na forma como escravos narravam seus conhecimentos, por ser *notório*, pelo *ver*, por *ver e ouvir*, para usar a expressão de alguns dos indivíduos que compareciam à mesa da Inquisição, argumentos fundamentais para aquele mundo.

Na fonte percebe-se um contexto em que a disseminação de informações é dinâmica, onde se encontra a presença de escravos tanto em circuitos fechados de relacionamentos, como em núcleos parentais, bem como numa convivência não tão próxima, mais ampla, vinculando-os a diferentes espaços: do trabalho, da lavoura, dos serviços domésticos e outras atividades.

Neste universo os escravos ocupam uma posição central de informantes. Como veremos, isso permite entender o seu papel para além da relação de servidão inerente à sua condição social, pois na relação privada ou pública com os agentes da confissão ou denúncia, se expressavam, dialogavam, relacionavam-se e interagiam com o restante da comunidade e, em situações distintas, apareciam como vítimas, algozes, testemunhas oculares e comparsas.

Não se tratava apenas de receber ou repassar as informações à mesa da Inquisição. As próprias intrigas e curiosidades manifestadas nos diálogos dos depoimentos informam ao leitor sobre as intenções de uns em relação aos outros. A presença da Inquisição cumpria assim a função de dispersar ideias, por meio de diferentes interlocutores, além de também representar para a comunidade um momento de “acertos de contas”, vinganças e intrigas, em que donos de escravos poderiam ser acusados por eles, ou o contrário.

No documento há evidências de relatos que comprovam que argumentos construídos na mesa da Inquisição eram questionáveis e, como dito anteriormente, tinham como princípio esconder práticas e intrigas familiares. Neste quesito, usa-se a mesa da Inquisição com diferentes interesses e finalidades, também com o intuito de resolver ou mesmo esconder tramas familiares.

Tal jurisdição investiu de autoridade determinados inquisidores, testemunhas e outros informantes, encarregados do controle religioso daquela sociedade. Essa relação de poder tornou-se, nas mãos de determinados grupos, um instrumento de definição do que era ou não passível de acusação e em última instância do que era ou não considerado heresia, além de guardar relação com formas alternativas de autodefesa e manutenção de um status moral frente à Inquisição. Deste ponto de vista, a circulação de informações acerca dos delitos contra os dogmas e a fé católica não se constituíram de forma unívoca.

Na fonte, a palavra “escravo” aparece associada a diferentes situações, em algumas delas ligadas a termos como “negro”, “cativo”, “criado”, “brasis”, “mamaluco”, “negro da terra” o que nos permite identificar se são indígenas ou africanos, e descendentes. Nem sempre esta especificação é clara, apesar de tratar-se de relatos ocorridos no século XVI e primeira metade do XVII onde o trabalho escravo é em sua maioria indígena, o que nos leva a identificar muitos desses escravos como tais.

Em outros casos, esses escravos se apresentam como atores sociais específicos, indicando nome, local de nascimento, filiação, entre outras informações de relevância ao Santo Ofício. Identificar esses escravos é importante quando assim aparecem na fonte. Caso não haja esta especificação trabalhamos com a categoria genérica “escravo”, focando principalmente no conteúdo e reverberação de notícias, tomando os casos que têm a atuação escrava como o principal vetor de informação.

No livro de *Denúncias* encontram-se acusações feitas por amigos, vizinhos, cônjuges, filhos, pais, mães, padres, escravos, entre outros, na maioria deles realizados por pessoas próximas ao denunciado. Essa situação do contexto que envolve o parentesco e a vizinhança do denunciado é traduzido pela Inquisição como *costumes*.

Nas *Confissões*, por detrás de declarações realizadas espontaneamente, também são feitas delações que muitas vezes referem-se a uma teia de intrigas já denunciadas e registradas, ao mesmo tempo ou dias depois, no livro de *Denúncias*. É a respeito de tais análises que exporemos os casos abaixo.²⁴

A fim de entender a atuação dos escravos como informantes em vários relatos, procuramos, por meio de alguns casos pontuais, verificar como a interação entre escravos e comunidade ocorria na visão de terceiros; não apenas na forma de interpretar o problema, mas igualmente na forma de combatê-lo ao colocar um indivíduo testemunhando contra o outro.

Mais do que um testemunho, grande parte dos relatos apontam a atuação dos escravos, em diferentes situações de convivência, como informantes, em última instância, como *espões*. Isso

²⁴ Tais relatos encontram-se na coleção citada a seguir: *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça* – Confissões da Bahia, 1591/1592. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1935; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça* – Denúncias da Bahia, 1591/1593. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo, Paulo Prado, 1925; *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira*. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618/1620”. Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Siqueira. Anais do Museu Paulista, tomo XVII, 1963; "Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil - Denúncias da Bahia (1618 - Marcos Teixeira). Introdução de Rodolfo Garcia". Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol 49, 1927.

não significa necessariamente que eles sejam portadores da verdade, mas que na relação com os outros indivíduos da Bahia, eram vistos como atestadores de situações determinadas, ora como testemunhas, ora como vítimas, ora como interlocutores, entre outros papéis definidos a depender do contexto.

Quando o escravo é o informante principal, ou sobre como os escravos participavam das tramas sociais

São várias as confissões e denúncias que identificam os escravos como informantes centrais. Nesse quesito, aparecem nos testemunhos articulando grupos e histórias, normalmente por terem vivenciado os acontecimentos, ou referidos em depoimentos de terceiros, por atuarem como testemunhas ao conferir veracidade ao fato descrito.

Em grande parte dessas narrativas, histórias contadas à mesa da Inquisição deveriam ser confirmadas por testemunhas oculares ou auditivas, baseando-se fundamentalmente em experiências vivenciadas num cotidiano passado ou presente. A Inquisição nutria-se do interrogatório de suas testemunhas e a condução desse interrogatório não exigia necessariamente distanciamento e imparcialidade.

É o que se verificou nos testemunhos expostos a seguir em que escravos destacam-se por contar, dizer, ouvir de muitas pessoas, ver, enfim, presenciar histórias e acontecimentos da comunidade baiana. Muitas vezes, na voz de outro, a comunicação escrava aparece dissimulada em prol daquilo que se interpretava como um bem moral e deste modo apresenta notícias, casos secretos, ameaças, entre outros. Neste sentido, buscamos compreender os espaços dos escravos por meio da informação. Tal investigação é difícil e passível de erros, pois em muitos casos nos baseamos em rumores, boatos propagadas por terceiros e, mesmo em situações em que os escravos apareciam como principais interlocutores, nos deparamos com o problema da tradução, daquilo que a Inquisição registrava e considerava passível de entendimento, mas eram histórias possíveis, mesmo se não forem verdadeiras. Para explicar o conteúdo de tais boatos utilizaremos três temáticas como eixo de análise.

De maneira informal, as evidências de tais eixos sugerem a importância e circulação dos escravos na vizinhança, no lar, freguesias, ruas e nos lugares comuns, espaços onde escravos aparecem, às vezes delatando ou sendo alvo de denúncias. Completa Sidney Mintz e Richard Price:

[...] para que o trabalho fosse executado era preciso dar aos escravos responsabilidades diferentes, como artesãos, “feitores”, criadores de animais,

vigias, etc. Os escravos cuidavam de seus próprios doentes, (...) pescavam, caçavam iguarias para a mesa dos senhores e a deles mesmos, construíam suas casas e faziam os móveis e utensílios nelas utilizados. Eram não apenas a “mão-de-obra pesada” que mantinha cultivados os canaviais, mas também (...) os carpinteiros e mecânicos, os cozinheiros e cocheiros das colônias. Muitas dessas tarefas podiam ser executadas apenas com um mínimo de contato com os senhores europeus, mas outras exigiam uma interação social frequente, às vezes reiterada ou até ininterrupta com os detentores do poder. A principal via de contato, portanto, foi criada pela comunicação e pela delegação do comando. Embora o poder se originasse no topo do sistema, ele não podia ser empregado sem levar em conta a natureza da reação.²⁵

A variedade e a natureza dos encontros entre os escravos e o restante da sociedade eram múltiplas. Um escravo, evidentemente seria um ator com ótimos contatos para a propagação de notícias, embora elas circulem também por outras razões.

Em tempos de *visitas*, numa situação de vigília e punição obviamente havia um sentimento de intensa insegurança e disputas cujos detalhes talvez nunca sejam recuperados embora tenham deixado pistas aqui e ali. Como veremos, as informações de escravos eram fornecidas por motivos não só religiosos, mas também por interesse pessoal. O que estava em questão não era quem usava a informação, mas como e a serviço do que ou de quem ela estava sendo utilizada. Tal consideração pressupunha dois pré-requisitos: em primeiro lugar a contribuição com o Tribunal, ao extrair vantagens das dificuldades do próprio Santo Ofício para encontrar os hereges de então, e em segundo lugar a consideração pela opinião dos escravos, demais pessoas e testemunhas para alcançar tal objetivo.²⁶

Em situações de *visitas* muitas pessoas se envolviam em histórias duvidosas, atrás de informações. A confiança que o rumor transmitia nem sempre era validada e por diferentes interesses era aproveitada para fins específicos. O rumor poderia ser dissorcido numa direção “racional” ou “irracional”. Assim, o rumor distribui-se em cadeia num processo dialético em que novos boatos vão ganhando novos significados. Quanto mais vezes a informação é repassada de um para outro, maiores são as chances dela ser considerada verdadeira. Nessa situação, o rumor é uma bola de neve.²⁷

É muito provável que existisse a possibilidade de que algumas pessoas se sentissem profundamente indignadas com o número crescente de cristãos novos cuja vivência religiosa era

²⁵ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana - Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 44.

²⁶ Tal análise foi influenciada por THOMPSON, E. P. *Transgressores e Adversários. Senhores e caçadores - a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

²⁷ BUCKNER, Taylor H. A Theory of Rumor transmission. *The public opinion Quarterly*. Vol 29, n. 01 (Spring, 1965), p. 61.

muitas vezes duvidosa, por exemplo, na capitania baiana. Talvez por isso muitos escravos fossem acionados como testemunhas. Por meio de evidências fragmentárias, os depoimentos comprovam e explicam que por meio das informações de escravos muita coisa poderia ser revelada sobre esta sociedade. Com este propósito apresentamos os casos seguintes a fim de desvelar novas informações importantes sobre o período de visitas.

Açoites de retábulo

Na documentação analisada existem algumas recorrências de denúncias feitas por escravos contra indivíduos que teriam açoitado retábulos, uma referência à prática de fustigar o crucifixo e outros objetos sacros. É uma ocorrência frequente nos livros de visitas, embora apareça em menor quantidade em denúncias nos quais o escravo é o interlocutor.

É o que se constatou no depoimento de Inês de Barros, cristã velha, e Catarina Loba, também cristã velha: conta a primeira que Maria Barbosa, moradora no engenho do reino, comprou um negro da terra, cristão, pescador na capitania de Porto Seguro.²⁸ Tal negro contou que na época em que ele foi cativo de um mercador cristão novo, “uma noite vindo ele da pesca, deitando-se na sua rede, sentira ao senhor andar com umas deceprinas nas mãos com muita fadiga açoitando um retábulo o qual tirou debaixo do colchão, passeando e retornando a dar no retábulo com as deceprinas”. O dito *escravo disse* ainda que “sentindo o mercador que ele o espreitava, empurrou a porta” e não pode o negro sair sem que o senhor o visse. Por esta suspeita, por ter sido visto pelo negro, o senhor o vendeu para a capitania de Porto Seguro. Perguntada, “disse que não lembra as pessoas presentes perante quem a dita Maria Barbosa contou o caso nem declarou o nome do negro e do mercador.” Em outra denúncia, Catarina Loba diz que soube da mesma pessoa que “o *negro o viu* açoitar o crucifixo e com o trabalho de açoitar suava e não declarou mais”²⁹.

Num outro depoimento, Felipe Estácio Sintra, sacerdote e tesoureiro-mor da Sé, denuncia contra Nuno Fernandes: ouviu dizer que este pedia candeia (vela) à noite *às suas negras* e essas *ao observarem* pela fresta da porta “o viram tirar debaixo da cama um crucifixo e depois açoitá-lo, não se sabe bem se cada noite ou nas sextas-feiras”.³⁰

A narrativa de Jorge Almeida, cristão velho, é outro relato ilustrativo no que tange à atuação de escravos e ex-escravos como interlocutores informantes em denúncia contra João

²⁸ PVSOB-D-1591/1592-196.

²⁹ PVSOB-D-1591/1592-123.

³⁰ PVSOB-D-1591/1592-050.

Nunes: em Olinda, informa “que passando uma tarde pela rua que chamavam de Carapina viu de longe na porta uma mulher de meia idade, sentada e agastada falando contra outra mulher que não nomeava”. Em outra casa, ele viu “chegando à janela uma *mulata* de alcunha *Gita* que *perguntou* à dita mulher que estava sentada à porta cujo nome não sabe que agastamento era aquele”. Ela respondeu que ela era como a outra que açoitava o crucifixo debaixo da cama. Um tempo depois, ao encontrar a mulata Gita, que é mulher forra, lhe perguntou “se ela conhecia aquela mulher que lhe dissera aquelas palavras perante ele e que se lembrasse para denunciar a Santa Inquisição”³¹.

Outra denúncia de “açoite de retábulo” em que se destaca a ação de escravos como informantes diante da Inquisição é a de Isabel Ramos, mulher parda e cristã velha: relata que “estando ela presa na cadeia pública da cidade”, sob custódia do carcereiro Manuel Fernandes, casado com Clara Fernandes, cristã nova, ouviu de Maria, filha do carcereiro e enteada de Clara Fernandes, “que a dita sua madrastra, era uma cadela judia que açoitava um crucifixo de prata da grandeza de um palmo, que comia carne e galinha fria molhada no azeite.” Disse-lhe a enteada que “quando ela açoitava o crucifixo dizia essas palavras “as me de dar de comer que tu me trouxeste qua”³². *Soube* disso também *através de* presidiários que estavam juntos com Clara Fernandes, e de *uma negra cativa* chamada Cosma que ora estava no Tapoam. *Soube também* por meio “de Jorge Fernandes Freire e um negro *forro* por nome *Lourenço Fernandes*, de apenas uma mão, morador no Monte Calvário, que a dita Clara Fernandes nunca ia à igreja”. Disse que ela e as outras presas observavam se a denunciada rezava³³.

Nos relatos expostos até aqui os escravos configuram-se como essenciais para conferir veracidade aos fatos narrados. Em configurações diferenciadas, eles conversam, ouvem, observam e estão na condição de agentes da informação, fazendo circular notícias. Mesmo não sendo prática judaica, nem mesmo pelo Édito, o rumor fazia crer que era. Nesse sentido a presença da Inquisição nos domínios lusos tendia a estimular boatos, nem sempre condizentes com o que era previsto nos documentos do Tribunal.

Blasfêmias

Outro tema que marca a atuação de escravos, enquanto informantes, é a blasfêmia. É nesse campo que eles mais aparecem como observadores e testemunhas. Em grande parte dos

³¹ PVSOB-D-1591/1592-193.

³² Hás de me dar de comer, já que me trouxestes aqui.

³³ PVSOB-D-1591/1592-015.

relatos constam também como *espíões* da comunidade. Tecem histórias sobre abusos contra a moral, nem sempre coerentes, o que se coaduna com as características do rumor.

Mais do que uma característica dos depoimentos da fonte, esta tentativa de construir uma história coerente, com provas baseadas na linguagem de um testemunho, nos parece ser a marca de uma época, própria do contexto de visitas do Santo Ofício.

No âmago desta postura investigativa houve a oportunidade de alguns indivíduos interpretarem livremente o que consideravam importante a Inquisição saber, fazendo com que os próprios inquisidores por vezes fossem manipulados. Nessa interpretação livre das variações de uma heresia, os indivíduos se beneficiavam estrategicamente, tentando usar a Inquisição com diferentes interesses. Veneno e antídoto, possivelmente, acabavam se misturando.

Um caso notável é a denúncia de Gonçalo Fernandes, cristão velho, contra Nuno Franco, cristão novo, e Ana Aredo, cristã nova: disse que “*indo à casa de seu vizinho Nuno Franco buscar um cálix que ele tinha pedido para a festa de São Francisco com os negritos de Ana Aredo, achou o cálix sagrado*” debaixo da cama, “em pé, envolvo em um pano de linho do referido denunciado”. Relata que “ficou escandalizado, pois lhe pareceu muito mal o fato do cálix sagrado ocupar o lugar do urinol”.³⁴ Catarina Rodrigues, cristã velha, completa a denúncia dizendo que toda segunda feira Anna Aredo “*açoitava seus negros muito cruelmente*” e testemunhou ela fazer isso “todas as segundas feiras, no tempo em que foram vizinhas fronteiras”.³⁵ Maria da Rodrigues, cristã velha, acrescenta que a referida acusada já “foi presa nesta cidade porque dormiu carnalmente com seu genro. Alegou que *ouviu dizer* ao dito seu marido e *à sua escrava* que no dia de Corpo de Deus e no dia D’ascensão mandou lavar roupa de emfundiço [sic]”³⁶.

Em situações distintas é grande a recorrência de pessoas que dizem ter ouvido histórias de escravos. Parte das narrativas que chegou à mesa da Inquisição tem o escravo como agente principal. Nas entrelinhas dos depoimentos percebe-se um reconhecimento tanto por parte da comunidade quanto da Inquisição daquilo que era comunicado pelos escravos. A comunidade utilizava diferentes recursos linguísticos para evidenciar suas denúncias. Aqui entra o escravo como portador de uma “veracidade”, utilizada como estratégia de informação perante o tribunal.

Direta ou indiretamente, ao escravo caberia intrigar, opinar, investigar e atestar. Nesse sentido, atuavam dentro de espaços conquistados ou concedidos e obtinham o poder da

³⁴ PVSOB-D-1591/1592-116.

³⁵ PVSOB-D-1591/1592-046.

³⁶ PVSOB-D-1591/1592-027.

informação que, apesar de instável, de maneira implícita, atuavam de modo a tecer acordos e negociações frente à Inquisição. Desse modo, ao escravo era permitido “falar” e, mais do que isso, eles eram minimamente confiáveis o que fica muito claro nos testemunhos da documentação. Por meio da informação, nas ruas e praças das vilas e cidades eles apareciam como parte do corpo social, apesar de não se constituírem, por sua condição social, como um segmento da sociedade baiana.

Em outra denúncia, Bernardo Velho denuncia a Duarte de Sá, meio cristão novo: expõe que indo a Olinda visitar um amigo por causa da morte de seu filho, “veio um *negro chocarreiro* chamado *Jorge o Fanosca* que começou a *contrafazer pregações*”. Ele o repreendeu dizendo que parasse ou procuraria a Inquisição. Foi quando “Duarte de Sá, senhor de engenho, que estava presente disse para o dito negro as palavras seguintes: *fala Jorge, fala*, que se tu tiveras cento ou duzentos mil cruzados tu te calaras, mas não tens nada podes falar”³⁷.

Esse caso sugere uma situação em que um escravo teria mais liberdade de se expressar pela sua condição de “não ter nada a perder”; havia ainda uma espécie de confiança mínima da comunidade nas palavras, ou pelos menos nos boatos dos escravos. De outro modo, não seriam apontados como testemunhas ou acusados por *ver, ouvir, dizer e concluir* na mesa da Inquisição. Os ecos da comunicação escrava eram tão fortes que houve ocorrências de indivíduos que afirmaram acreditar mais nas palavras dos escravos que no próprio Evangelho, o que foi apontado como blasfêmia aos Inquisidores.

Um caso que evidencia esse exemplo é a acusação de Gaspar de Palma, sacerdote, ao acusar Gaspar Pacheco: narra que foi fama pública há quinze ou dezesseis anos que Pacheco fugiu de São Thomé por causa do Santo Ofício. Afirma ter ouvido dizer que “há dez ou onze anos ele disse a certo propósito”, ou seja, com intenção, “que *mais cria na mentira do seu negro que no Evangelho*, por isso e por outras coisas ruins foi denunciado na visitação, há autos dele, e por tal motivo o tem por mal cristão”. Além disso, acrescenta que mesmo o denunciado morando perto da Sé nunca foi à missa e que quando se confessava era por obrigação da Quaresma, “sempre por força e depois do Espírito Santo”³⁸.

Outra denúncia relevante quanto à credibilidade da palavra dita por um escravo é a acusação de Paulo Moreira, meirinho, contra Rui Teixeira, cristão novo: informa que “há quatro anos atrás, de frente à Sé, junto dos sinos, Rui Teixeira, cristão novo, mercador, disse perto dele

³⁷ PVSOB-D-1591/1592-214.

³⁸ PVSOB-D-1591/1592-054.

denunciante que *tanto cria ele no seu negro como no evangelho de São João*". Narrou que quando Teixeira lhe disse tais palavras "ele se escandalizou muito". Entre outros questionamentos, foi perguntado pelo tribunal "se quando o dito Rui Teixeira disse tais palavras estava quieto, com razão de deliberar o que dizia. Se tinha alguma paixão ou lesão do juízo, que horas eram, com que propósito disse isso e em que conta o tem". Respondeu que não sabe o "propósito do qual o denunciado estava falando o sobredito quando ele chegou". Afirmou que o denunciante "estava em seu siso, é homem de bom entendimento e não lembra se era pela manhã ou à tarde"³⁹.

Francisco Roiz Castilho, cristão velho também acusa Rui Teixeira em relação ao mesmo delito: afirma que em conversação com o denunciado, "ouviu certas coisas" dele "contra Duarte Oscre, mercador, dizendo que lhes dissera tais coisas fora um negro e replicando-lhe ele que não cresse no seu negro, ele respondeu que *jura aos Santos Evangelhos que o que meu negro diz é evangelho*". O denunciante e outros presentes se "escandalizaram de tais palavras". Foi perguntado pelo visitador "se quando Rui Teixeira disse as ditas palavras tinha razão de deliberar o que disse e a que horas o disse, se estava tomado de vinho ou tinha alguma lesão do juízo." Respondeu que Rui Teixeira "estava em seu siso e sem razão de agastamento, pois estavam quietos indo para missa, em dia santo e que é homem de bom entendimento"⁴⁰.

A última acusação⁴¹ contra Rui Teixeira é de Ilena da Fonseca, cristã velha degredada para a Bahia por ter espancado um homem: afirmou que "antes da publicação do auto da publicação da Inquisição, na Sé da cidade, Dona Maria de Vasconcelos contou que uma pessoa disse essas palavras: por nosso mal veio qua esta Inquisição". Ao afirmar isso "outra pessoa respondera mal o sabeis ainda que ha nesta terra homem que mete o crucifixo debaixo de sua mulher quando dorme com ela". Acrescentou ainda que soube "que Rui Teixeira dissera na praça, contando umas novas que um negro lhe dera, no tempo que os ingleses estiveram aqui, que *mais cré o que diz o seu negro que o evangelho de São João*"⁴².

Encontramos ainda na documentação confissões e denúncias contra outros indivíduos abordando o mesmo assunto: pessoas que dizem acreditarem mais em seus escravos do que nas palavras do evangelho. Temos a confissão de Roque Garcia, cristão velho, que declara: tendo estado em Sergipe, onde é capitão Tomé da Rocha, ter ouvido uns *negros dizerem* que os gentios mataram quatro ou cinco homens que estavam em um barco, o qual fora queimado, no rio São

³⁹ PVSOB-D-1591/1592-035.

⁴⁰ PVSOB-D-1591/1592-036.

⁴¹ Existem outras denúncias contra Rui Teixeira que não foram exploradas aqui.

⁴² PVSOB-D-1591/1592-199.

Francisco. “E dizendo o capitão que os negros mentiram, respondeu ele confessante que *tanto cria ele no que diziam aqueles negros como nos Evangelhos de São João*”. Foi repreendido por Antônio Fernandes, soldado em Sergipe, quando “ele se calou”.

No depoimento afirma ter dito aquelas “palavras parvamente, e por isso pediu perdão e penitência saudável com misericórdia”. Assegurava não ter se dado conta disso antes. Foi-lhe mandado “ter segredo, que fale palavras de bom cristão, que não deem escândalo, não causem dano em sua alma, que se confesse a um padre da Companhia e traga escrito, e cumpra a penitência que lhe derem”⁴³.

Além da confissão exposta acima, Roque Garcia, cristão velho, denunciou Pero de Mendonça e Manuel da Rocha. Em sua denúncia, declara que um criado de nome Manuel da Rocha ao contar que um *mulato* lhe *dissera* certa coisa e dizendo ele denunciante que não cresse em tal, ele respondeu que o “*cria tanto como no Evangelho de São João*. Ele denunciante o repreendeu e ele se calou”. Sendo mais perguntado disse que “o dito Manuel da Rocha quando disse as ditas palavras era antes de jantar e estava em seu siso e agastado”⁴⁴.

A mesma recorrência aparece em duas confissões. Na primeira, Maria Varella, cristã velha, conta que: “um dia, com agastamento sobre certa coisa que sua negra veio dizer, mandando-a com um recado ao seu mestre do engenho, sem ela considerar o que dizia, *disse que cria tanto à sua negra como o Evangelho de São João*”, por isso pediu perdão. Perguntada “que pessoas estavam presentes e se alguém a repreendeu, respondeu que não lembra se alguém estava presente, nem se foi repreendida.” Disse que “estava em seu siso, porém que com muita cólera e agastamento disse as ditas palavras, das quais lhe pesou muito e por isso se confessou delas”. Foi aconselhado pelo visitador a não dizer semelhantes *blasfêmias* porque os “Evangelhos são verdades infalíveis que não podem errar, os quais devem os cristãos crer muito mais que em uma pessoa pecadora humana, que tem por natureza errar e enganar-se”⁴⁵.

Na segunda confissão, Andressa Rodrigues relata que: em casa “há dois anos, *dizendo-lhe Felipa*, sua *negra da terra*, certas coisas ruins de seu cunhado, ela, agastada contra cunhado, que lhe negava o que a negra dissera, disse que *tanta verdade falava a dita sua negra como o Evangelho de São João*”. Foi perguntada “se ela sabe que a verdade do Evangelho é infalível, que nunca pode haver engano, e que a sua negra, ainda que fale a verdade, pode se enganar”. Responde ao visitador “que bem crê na certeza infalível do Evangelho, mas que *sem considerar disse a blasfêmia*”. Foi

⁴³ *Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia* - Confissões-1591/1592, p. 017.

⁴⁴ PVSOB-D-1591/1592-094.

⁴⁵ PVSOB-C-1591/1592-091.

recomendada a voltar à mesa da Inquisição. No final da confissão Andressa Rodrigues confessa ainda que “o dito seu cunhado a repreendeu, dizendo-lhe que era caso da Santa Inquisição, e ela se não desdisse, mas arrependeu-se”⁴⁶.

A última denúncia deste eixo temático é o do padre Lourenço Doutel, que conta: no engenho de Moribara na capitania de Pernambuco “metendo no tronco Simão Franco, cristão novo, e feitor dele *Antônio Marinheiro*, escravo preto *cativo* de Jorge Lopes Brandão; e *chamando* o dito *escravo* por nosso senhor, Simão Franco lhe respondeu a *ver se vos vale*”. Lourenço Doutel explica que “tomou muito escândalo de tais palavras e o murmuravam por aí e por isso o disseram a ele denunciante”⁴⁷.

Os casos expostos até aqui demonstram a possibilidade de pessoas acreditarem em escravos. É claro que esta confiança dependia muito das relações e interesses em questão, a depender de cada caso específico, mas não deixam de expressar as diferentes formas de como os escravos poderiam ser considerados seriamente confiáveis. Por meio da exposição de alguns depoimentos, percebemos que os escravos traçavam teias de comunicação. Eram ou foram feitos como “emissários” e transmissores de todo tipo de informação à Inquisição, isso pela grande circulação e ciclos de convivência intrínsecos às diferentes funções que desempenhavam em solo brasílico.

Como a comunidade baiana de princípios de século era pequena, segundo Luís Mott, com uma população de aproximadamente 800 habitantes e número três vezes maior de índios e negros, existiu um grande fluxo de informações, ou seja, um intenso vai e vem entre os indivíduos e os grupos dessa época, fazendo com que o rumor fosse de um para o outro e depois voltasse.⁴⁸ Se esses ruídos afetavam membros das famílias, vizinhos, amigos, entre outros, as pessoas se mostravam interessadas. E quanto maior fosse o interesse e o envolvimento no assunto do boato, maior era a motivação para denunciá-lo à Inquisição.⁴⁹

Neste sentido, *escravos* aparecem *zombando*, *blasfemando*, *curando*, *adivinhando*, *escutando* e, em alguns casos, são alvos de acusações, enquanto informantes, e também testemunhas. Sobre isso, alguns boatos são mais frequentes que outros e alguns deles mesmo sendo interessantes e validados são expostos de forma embaraçosa.

⁴⁶ PVSOB-D-1591/1592-097.

⁴⁷ PVSOB-D-1591/1592-190.

⁴⁸ MOTT. *Babia: Inquisição e Sociedade*, p. 19.

⁴⁹ BUCKNER. *A Theory of Rumor transmission*.

Além de figurar como informantes, nos depoimentos de terceiros, o escravo é também tema e testemunha de conversas.⁵⁰ Então, ao mesmo tempo em que aparecem elucidando delitos, enquanto testemunhas, atuam ainda como acusados. A questão é complexa, mas é um passo inicial para compreendermos como se davam as interações frente às subjetividades que havia naquele espaço social, não apenas nas formas de encarar o problema, que em última instância era a heresia, mas igualmente na forma de combatê-lo.

O escravo aparece também como sendo alvo de delações, ao mesmo tempo em que, em alguns casos, testemunha contra indivíduos que cometeram algum delito. Nos casos a seguir, por exemplo, constata-se uma tentativa de tipificar os escravos. No entanto, evidencia-se uma vulnerabilidade por parte de quem faz a denúncia ou confissão sobre a atuação dos escravos cujo protagonismo configura-se de modo efetivo no testemunho ou informação à mesa do Santo Ofício.

Desacatos

Maria d'Oliveira, cristã velha, denuncia a negra de João Fernandes: diz que no tempo da Santidade dos gentios, a “*negra do Ferreiro, zombando dos cristãos brancos, tomou um papel e fez dele uma figura redonda com a feição da hóstia e tomou-a nas mãos e levantou como faz o sacerdote dizendo que aquele era o Deus dos brancos*”⁵¹.

Em outro caso, Maria Góis, cristã velha, denuncia a mulata de Correa Colaça: primeiro, narra “que *Guiomar e Clara, escravas da terra, suas cativas, lhe disseram* que um negro da terra por nome Bento, cativo de um cristão novo, era somitigo e cometeu o pecado nefando com outros negros”. Depois, denuncia que “*ouviu dizer em fama pública* nesta cidade que a mulata Correa Colaça, de Fernão Cabral, era feiticeira e que tinha uma cobra dentro de uma botija que levantou o navio no qual ela veio degredada”⁵².

Em denúncia contra Fernão Cabral, cristão velho, e uma escrava, Nuno Pereira, cristão velho, relata que: foi fama pública que Fernão Cabral mandou para a fornalha do seu engenho uma *escrava* da terra, cristã, “a qual se queimando chamou por Deus e por nossa Senhora e por todos os anjos e santos do Paraíso” e por ver que não recebeu ajuda, pois “todos da fazenda estavam com medo do dito senhor do engenho, *disse* a escrava que se nem Deus, nem os Santos,

⁵⁰ Testemunha em sentido duplo: no primeiro deles quando o escravo “depõe” cumprindo a função de atestador de um fato narrado; no segundo quando ele é testemunha ocular, por ter vivenciado a situação esboçada.

⁵¹ PVSOB-D-1591/1592-201.

⁵² PVSOB-D-1591/1592-129.

nem os cristãos lhe acudiam que lhe valessem os diabos do inferno”, e assim foi queimada e se “desfez em cinzas”⁵³.

Maria Carvalha, mameluca, relata outra situação que envolve Fernão Cabral e uma escrava: conta que no tempo da Santidade na fazenda de Cabral em Jaguaripe, “estando ela espanando um retábulo de Nossa Senhora, *Petronilha, negra de Guiné*, crioula, desta da terra, cristã, *deu uma bofetada* na imagem de Nossa Senhora do dito retábulo, *dizendo* que aquela senhora não prestava por que era de taboa”. Acrescentou ainda que Petronilha fazia cerimônias religiosas com gentios e negros.⁵⁴

Com base nos depoimentos esboçados percebemos que, além do detalhamento do cenário e do modo como ocorreu o caso relatado o papel dos escravos, ou seja, o modo como eles atuam nesses testemunhos, causa pré-disposição para fabricação de rumores em série, às vezes na busca de se averiguarem os fatos narrados. Apesar de serem o alvo das denúncias, esses relatos possibilitam perceber modos diferenciados de atuação dos escravos nesta sociedade, principalmente quando questionam, por meio do relato de terceiros, a realidade religiosa em que viviam.

Nessas narrações ainda que os denunciados compartilhem a condição de escravização, atuam dentro dos limites possíveis “batendo em imagem de santo”, “conversando e rogando a Deus e pessoas físicas”, “denunciando pessoas conhecidas” e “zombando de cristãos”. Tais relatos eram construídos com base em determinadas interações sociais específicas, algumas delas já expostas anteriormente. É importante notar que algumas denúncias ocorrem por causa das interações que acontecem na capitania baiana. A partir dessas, eles se posicionam em relação aos dogmas e vivência do cristianismo e apresenta facetas próprias deste momento de visitas. Por exemplo, a de um escravo rebelde que mesmo numa situação de submissão difere em opinião e práticas sociais do que prega a Inquisição, como demonstraram os relatos expostos.

Em outra denúncia, Bernardo Pimentel, cristão velho, conta que: viu Frutuoso Alvares, vigário da igreja de sua fazenda, “receber em um domingo ou dia santo uma negra brasila escrava ou servente forra de Fernão Pires com um negro também índio ao qual também não sabe o nome”. O denunciante “ouviu dizer que a dita negra era casada com outro negro o qual tinha ido para Ceregipe e ainda estava vivo”. Sabendo disso, avisou ao referido vigário de “como *diziam publicamente* que a dita *negra* tendo um marido vivo em Ceregipe, *casou-se novamente*”. Afirmou que

⁵³ PVSOB-D-1591/1592-039.

⁵⁴ PVSOB-D-1591/1592-203.

“vizinhos e moradores no Matoim, são testemunhas do fato.” Acrescentou também que Fernão Pires esteve em Sergipe com o primeiro marido dela e o deixou vivo, sabendo disso, vindo à Matoim, deixou-a casar pela segunda vez com outro negro, “seu segundo marido”⁵⁵.

Em confissão, Antônio Correa, cristão velho, explica: sendo ele frade da ordem de São João Evangelista no mosteiro de Vilar de Frades, foi perguntado por outro frade sobre como se benzia e persignava. E logo lhe respondeu fazendo-o do modo como a Santa Madre Igreja ensinava, dizendo, “em nome do Padre, na testa, e do Filho, abaixo dos peitos, e do Espírito Santo, nos ombros, e o dito frade lhe disse que era heresia nomear o Filho abaixo dos peitos, na barriga”, ao invés disso, lhe ensinou que deveria se benzer “nomeando o Padre na testa até a barriga, juntamente, e nomeando o Filho em um ombro e o Espírito Santo em outro ombro”. Por acreditar que tal explicação era verdadeira, afirmou ter feito da maneira como o frade ensinou e assim se benzeu sempre.

Tempos depois, em Pitanga, “em casa de Francisca de Almeida ensinando ele uns seus *negrinhos* a benzer da dita maneira, eles *disseram* à dita sua senhora que ele os não ensinava a benzer da maneira que ela os ensinava”. Quando a dita senhora lhe disse que aquela forma de benzer não era correta, “pois era contra o costume da Igreja, e perguntou a um clérigo, e também assim disse o mesmo com ela”. Por isso deixou o dito modo de benzer ensinado pelo frade. Foi-lhe mandado retornar à mesa da Inquisição.⁵⁶

Em outro caso, Padre Antônio da Rocha diz à mesa da Inquisição que: Inácio Barcelos “disse a ele denunciante que mais queria que os seus negros fossem gentios que cristãos porque os cristãos pecavam contra a lei e os gentios batizando na hora da morte salvavam-se”. Disse também que foi fama pública que o mameluco Gaspar Gonçalves fugiu com uma negra para o sertão e ficou lá por muito tempo vivendo como gentio.⁵⁷

As denúncias relatadas comprovam que as pessoas se baseavam nos rumores públicos para resolver problemas cotidianos. Se o boato partia de um estranho poderia não ter credibilidade, mas caso o escutassem de um amigo, de alguém conhecido, ou mesmo de um escravo, poderiam confiar no que se dizia ou mesmo “adivin hava”.⁵⁸ Era comum que o rumor circulasse num núcleo fechado, referindo-se a alguém que precisava de auxílio médico, ou mesmo a um negro fugido.

⁵⁵ PVSOB-D-1591/1592-170.

⁵⁶ PVSOB-C-1591/1592-066.

⁵⁷ PVSOB-D-1591/1592-089.

⁵⁸ BUCKNER. A Theory of Rumor transmission.

Nesse sentido, na relação de escravos com outras pessoas da capitania baiana, percebe-se uma dinâmica de mudança e atualização, elaboração e criatividade a fim de serem incluídos e terem seus conhecimentos reconhecidos neste contexto.

Sebastião Barreto, por exemplo, cristão velho, informa que: *sabia pelo ver e ser notório* que os negros que vem da Guiné quando tem alguma dor por alguma morte fazem uma superstição matando animais e untando-se com o sangue deles e dizendo que a alma sobe ao céu”; o que deu escândalo. São disso testemunhas todos os moradores de Jacaracanga e de Matoim. Foi perguntado se sabia em particular que negros estavam envolvidos no caso. Disse que não estava lembrado.⁵⁹

As mensagens que chegavam à mesa da Inquisição descreviam situações aparentemente verdadeiras. Traziam uma mensagem de algo que alguém escutou no passado, soube de um vizinho ou mesmo presenciou como testemunha ocular. Novos boatos eram frequentemente reportados à Inquisição. Parecia haver uma necessidade de se acreditar naquilo que se depunha ao Santo Ofício, mesmo baseando-se num boato. Ainda assim, nesta sociedade o rumor se tornava cada vez mais preciso a cada transmissão, principalmente em decorrência de sua averiguação e fontes de conhecimento da própria Inquisição.

O principal destinatário da informação que percorria os diferentes espaços da cidade era a Inquisição. Escravos criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Santo Ofício um poder de ação. Esta informação surgia dos mais diferentes pontos e foi estruturada em função de testemunhos oculares e boatos, nas memórias e participações de indivíduos comuns. Essas informações contribuíam para o conhecimento global do território e costumes baianos.

Muitas vezes, eram os escravos que tinham um conhecimento imediato do que acontecia naquele espaço e mais diretamente controlavam os acontecimentos e informações que podiam ser determinantes na mesa da Inquisição. Nesse sentido, tanto fazendo acusações, quanto sendo alvos delas, sua participação configura-se como vetor de comunicação.

Tal proposta enfocou papéis de escravos pouco explorados na historiografia, os de intermediários e os de informadores. Esse papel dos escravos, relacionado com a informação, demonstrava sua plena integração na sociedade da época, apesar de muito recente. A ideia foi destacar uma forma sutil dos escravos se afirmarem como pessoas humanas, de fazerem parte da

⁵⁹ *Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia* - Denúncias -1618/1620, p. 036.

sociedade, como sujeitos ou participantes dela, por meio da comunicação oral. Isso fica patente nos depoimentos das *visitações*.

A circulação de escravos no espaço físico da capitania baiana da época permitiu que ideias sobre heresia e outros temas fossem difundidos e tivessem um grande alcance, chegando à mesa da Inquisição. Isso contribuiu para que um sem-número de escravos, longe de estarem passivos ou conformados com a condição social a que lhes era atribuída, mudassem sua condição, depondo na mesa da Inquisição ou “fazendo” com que outros depusessem por eles.

A vinda do Inquisidor contribuía para que as pessoas fossem mais vigiadas, tivessem medo, se sentissem inseguras e ocorresse um levante de boatos. Assim como essas pessoas, os escravos utilizavam o Santo Ofício com o objetivo de se beneficiar, dizer o que *viram, observaram, sentiram*. Apesar da falta de liberdade e integração à sociedade, os escravos se incluíam por meio da circulação de informações, como informantes e agentes de uma oralidade que, frequentemente, os ligava à sociedade. Para tanto, suas condições foram minimizadas pela capacidade que tinham de informar, simultaneamente, as pessoas da comunidade e o Santo Ofício.

É evidente que existiram casos de pessoas que usaram a voz de escravos com medo das punições do Santo Ofício, no intuito de se eximir da responsabilidade perante a Inquisição, mas creio que isso não tenha sido predominante, já que aos escravos era dado o direito de denunciar, testemunhar e se confessar na mesa do visitador. Nesse caso, por meio de estratégias mais ou menos ousadas para a época apontada, usaram a informação em seu benefício, possibilitando que sua palavra fosse minimamente confiável.

Em última instância, por meio dos testemunhos trouxemos *sinais* de sujeitos históricos que se fizeram ouvir por meio da oralidade, o que para os limites sociais da época apontada representa grande artimanha. Não à toa, para os séculos posteriores, há casos em que os familiares da Inquisição cumpriram papel central como “vigias” e usavam a palavra como uma fonte de prova.

Essas e outras perspectivas sobre os desvios da fé na Bahia desse período apontam uma rede de intrigas que vai além das visitas da Inquisição, já que muitos dos delitos elencados nos documentos do Santo Ofício também foram utilizados por indivíduos daquela sociedade com o fim de obter vantagens em situações de foro público e privado, situações que apresentam escravos atuando em diferentes situações.